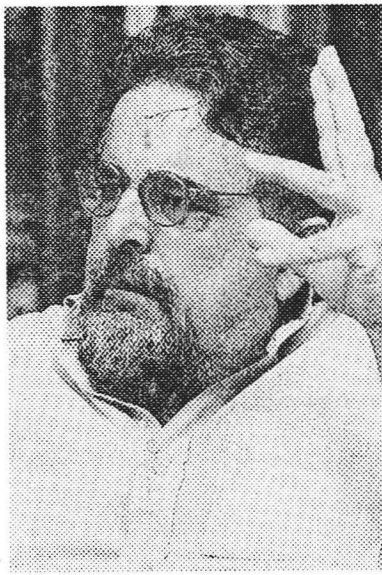


Economistas consultados pelo governo dão sugestões

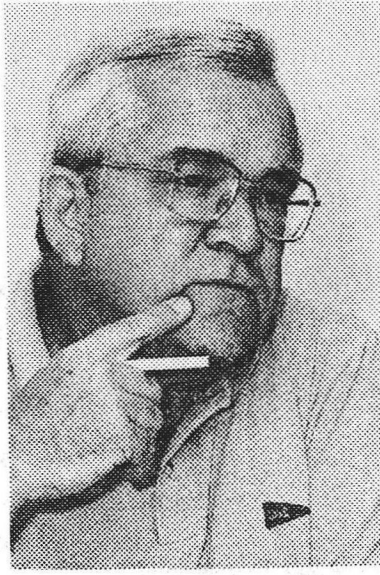
Dionísio Dias Carneiro diz que há menos fatores pressionando a inflação e Pastore desaconselha emprego de uma âncora cambial



AE



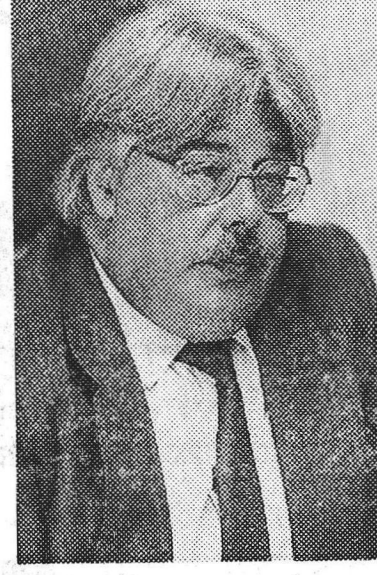
AE



AE



AE



AE



AE

“TR só perturba política monetária”

RIO — Interlocutor frequente de equipes econômicas nos últimos anos, Edmar Bacha, economista da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), admite que conversou com o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Loyola, acompanhado de outros economistas.

Nessa reunião, falou-se principalmente do manejo da política monetária de curto prazo, com uma avaliação das vantagens e desvantagens da Taxa Referencial (TR). Bacha disse a Loyola que o governo precisa ter um mecanismo de prefixação de taxas “menos ruim que a TR”.

O defeito da TR, explica, é que ela é formada pelo comportamento dos juros nos seis primeiros dias do mês e depois vale para o mês inteiro. Isso, segundo ele, vem perturbando a execução da política monetária. Daí sua avaliação de que é necessária uma mudança, por meio de algum sistema móvel que permita o ajuste.

“Sinais indicam mais tranquilidade”

RIO — O presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, também vem colhendo sugestões de vários economistas. Um deles foi Dionísio Dias Carneiro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), que traçou um panorama mais alentador do que o convencional.

“Os sinais à frente indicam mais tranquilidade”, diz Carneiro, referindo-se à inflação, agora livre da pressão dos preços dos alimentos, em decorrência da safra agrícola que está entrando no mercado. Além disso, o aumento do salário mínimo, em janeiro, que provoca elevação nos preços dos serviços, estaria praticamente absorvido.

Além disso, ressalta, o governo tem reservas cambiais confortáveis e não houve agravamento do déficit público. Carneiro diz que, se o governo for alongar o prazo da dívida interna, deve fazê-lo paulatinamente, na medida em que o mercado se torne mais receptivo.

“Juros e impostos vão para os preços”

BRASÍLIA — O professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Dércio Garcia Munhoz, protagonizou a consulta mais polêmica feita pelo presidente Itamar Franco a economistas de fora do governo. Os boatos de que estava fornecendo um plano com prefixação de preços provocaram o pedido de demissão do ex-ministro da Fazenda Gustavo Krause.

O economista diz que apenas insistiu sobre a necessidade de revisão da tradicional política de juros altos do Banco Central. Na sua opinião, essa política, combinada com a excessiva carga de impostos, provoca a elevação dos custos das empresas, com repasse aos preços e a realimentação da inflação.

Munhoz também lembrou ao presidente que a base da estabilidade econômica é a preservação dos salários. No segundo encontro, falou sobre Previdência, sugerindo a criação de consórcios de bancos e seguradoras para administrar a previdência complementar privada.

“Mais importante é esfriar especulações”

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega tem mantido contato permanente com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Emílio Carrazai, enviando análises de conjuntura e pesquisas de preços levantadas por sua consultoria.

Na sua opinião, com um recuo da inflação a equipe econômica ganha fôlego para trabalhar em medidas preparatórias de um possível plano de estabilização. “Mas não acredito que haja algo pronto, acabado ou em estágio adiantado”, afirma. O maior risco no momento, segundo ele, é justamente crescerem as especulações em torno de um pacote econômico.

Para Mailson, o importante é tentar “esfriar” essas especulações, tranquilizando o mercado e, a partir daí — pelo menos nos próximos 60 dias —, trabalhar com medidas que não tenham repercussão sobre os contratos econômicos. “Esse é o caminho que vem sendo apontado pelo Haddad”, ressalta.

“Com âncora, melhor é mudar de País”

A conversa entre o presidente Itamar Franco e o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, em janeiro, deu-se mais no campo teórico, como, por exemplo, o papel da taxa de juros e os seus efeitos sobre a economia. “Mas tudo hipoteticamente, em nenhum momento fiz sugestões ou dei conselhos”, diz Pastore.

Se na ocasião tivesse sido consultado, por exemplo, sobre a adoção de um plano econômico com criação de uma âncora cambial, Pastore não teria dado apoio. “O termo âncora é muito vago, foi uma expressão que pegou pela discussão sobre a inércia inflacionária”, salientou.

Pastore acha que a aplicação de âncora cambial é muito teórica e lembra que câmbio fixo e flutuante podem funcionar bem ou mal, dependendo da política fiscal e monetária adotada. Caso se confirme a intenção de se montar um plano econômico nesse sentido, ele afirma que “o melhor é mudar de País”.

“O mais caro excesso de reservas do mundo”

As duas propostas apresentadas pelo deputado federal Antônio Delfim Netto (PDS-SP) ao presidente Itamar Franco não foram levadas adiante. Uma delas previa a emissão de títulos públicos com correção pós-fixada — correção monetária mais juros. A outra foi a de utilização de parte das reservas cambiais — de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões — para a recuperação de estradas.

Em janeiro, o nível das reservas estava em torno de US\$ 20 bilhões. O deputado lembra que normalmente o País trabalha com limites de reservas para quatro meses de importações, o que equivale a US\$ 10 bilhões.

Delfim considera que, acima desse valor, o restante representa o excesso de reservas mais caro do mundo, pois o Banco Central paga juros de 33% para emitir títulos e impedir que esse dinheiro circule no mercado. Ele calcula um retorno de 20% se fossem aplicados os US\$ 12 bilhões restantes na recuperação das estradas.